

Repensando as Relações Internacionais: uma entrevista com Benno Teschke¹

George Souvlis e Aurélie Andry

Doutorando e doutoranda em História e Civilização
European University Institute (Itália)

¹ Tradução de Fernando Pureza.

Repensando as Relações Internacionais: uma entrevista com Benno Teschke

Resumo: A entrevista a seguir foi feita por George Souvlis e Aurélie Andry com o pesquisador Benno Teschke, publicada na Viewpoint Magazine. Autor do livro *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations* (sem edição brasileira atualmente), Teschke inovou o campo das Relações Internacionais propondo uma interpretação marxista que dialogasse com o chamado “Marxismo Político”, concentrando-se nos agentes responsáveis pela formação da política internacional europeia ao longo dos séculos. Nessa entrevista, além de discutir sua abordagem teórica, o autor também analisa sua trajetória intelectual, as formas de compreender as relações internacionais no capitalismo e também faz algumas observações sobre o Marxismo Político, as apropriações sobre Carl Schmitt e o futuro da União Europeia.

Palavras-chave: 1. Relações Internacionais; 2. Marxismo Político; 3. Carl Schmitt.

Rethinking International Relations: an Interview with Benno Teschke

Abstract: George Souvlis and Aurélie Andry conducted the following interview with researcher Benno Teschke that was published in Viewpoint Magazine. Teschke is the author of *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations*, a groundbreaking work in the field of International Relations, conceiving a Marxist approach in an open dialogue with the so-called “Political Marxism”, focusing in the agents responsible for the making of foreign policy in Europe over the centuries. In this interview, besides discussing his theoretical approach, he also talked about his own intellectual trajectory, the ways of understanding International Relations in capitalism and made a few observations about Political Marxism, Carl Schmitt’s appropriation, and the future of the European Union.

Keywords: 1. International Relations; 2. Political Marxism; 3. Carl Schmitt.

George Souvlis e Aurélie Andry entrevistaram Benno Teschke, autor de *The Myth of 1648: Classe, Geopolitics and the Making of Modern International Relations*, sobre o relacionamento entre o marxismo e a teoria das relações internacionais. Para Teschke, Karl Marx nunca elaborou um livro sobre relações internacionais e a falta de uma teoria marxista coerente nesse campo permitiu a formação de formulações “perigosas” – tais como ideias instrumentalistas sobre o Estado, concepções “etapistas” de história ou a tendência de universalizar o mercado mundial capitalista. Ao longo da entrevista, Teschke discute sua trajetória intelectual, os principais argumentos de sua obra e as formas de entender as relações internacionais capitalistas, fazendo também algumas observações sobre o marxismo político, as apropriações recentes das ideias Carl Schmitt e o futuro da União Europeia.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Como você explicaria sua trajetória política e intelectual de acordo com o contexto da antiga Alemanha Ocidental?*

Benno Teschke. Eu fui para um ginásio franciscano numa cidadezinha da Alemanha Ocidental e, naquele contexto, por ter nascido no final da década de 1960 e ter alguma inclinação mais esquerdista, minha formação intelectual e os caminhos em direção ao marxismo tinham grande chance de ser influenciados pela Escola de Frankfurt – e esse foi o meu caso. E, de fato, foram as obras da antiga Escola de Frankfurt que me fascinaram, aqueles livros que tinham maior densidade histórica e sociológica, fazendo uma análise bastante política tal como entendida no seu sentido clássico, ao invés de focarem na filosofia ou na teoria cultural. Eram obras de Franz Neumann e Otto Kirchheimer sobre o fascismo e os primeiros trabalhos de Jürgen Habermas, sobre a *Mudança estrutural da esfera pública* (HABERMAS, 2014), ainda que eu tenha ficado descontente com o trabalho imediatamente posterior de Habermas. Para sustentar e aprofundar meus interesses em economia política e sociologia

histórica, eu me voltei diretamente ao trabalho de Marx. Contudo, eu sempre senti que a estrutura teórica de *O capital* (com exceção dos capítulos mais históricos) e da literatura chamada *Kapital-logic*, ou, mais recentemente, das “Novas dialéticas” era um exercício de abstrações dialéticas de natureza puramente conceitual e que havia deixado de lado boa parte da história real e concreta. Ainda assim, o engajamento com a Escola de Frankfurt e com o marxismo ocidental, de forma mais ampla, me legaram uma profunda convicção anti-positivista e, por assim dizer, uma sensibilidade dialética sobre a minha concepção sobre como devem ser as ciências sociais.

Substantivamente, muito do debate acadêmico na Alemanha Ocidental – tanto na esquerda quanto na direita – estava ainda muito focado na catástrofe alemã e no Holocausto, e isso logo se tornou minha primeira “problemática intelectual”. Mas ao invés de olhar para a indústria cultural ou para as grandes narrativas filosóficas da *Dialética do esclarecimento*, eu acabei trilhando inicialmente um caminho mais próximo da esquerda liberal da Escola de Bielefeld – pessoas como Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka – que ancoraram a experiência nazista na peculiaridade alemã, tanto de seu desenvolvimento sócio-histórico de longa duração como na formação de seu Estado Nacional, considerando assim os desvios da presumida formação tradicional da Europa ocidental após o “fracasso” da “revolução burguesa” de 1848 (WEHLER, 1985). O debate, no final da década de 1980, entre David Blackbourn e Geoff Eley sobre as *Peculiaridades da História Alemã* me chamaram a atenção e me convenceram das virtudes da história social e da sociologia histórica (BLACKBOURN; ELEY, 1984).

Contra essa narrativa, os neorrankeanos mais conservadores seguiram insistindo na posição geográfica singular da Prússia/Alemanha, no centro da Europa, que supostamente teria forçado um autoritarismo repressivo em âmbito doméstico e um militarismo agressivo na política externa. Em outras palavras, um profundo abismo ideológico se abriu nesse debate entre, por um lado, os historiadores sociais que mantiveram as restrições nos seus focos explanatórios para dar conta da primazia das relações sociais domésticas e, por outro, os historiadores mais tradicionais que seguiram insistindo na autonomia da esfera política, na primazia da política externa e na “alta política”. E essa, particularmente, é uma tradição que ecoou não apenas a partir da concepção de

história mundial e da rivalidade entre as grandes potências, de Leopold von Ranke, mas também numa tradição mais sinistra e intelectualmente degradada da *geopolitik* alemã, de Ratzel a Haushofer. Ainda assim, eu acredito que essa divisão entre internalistas e externalistas é bastante forçada e improdutiva, mapeando predisposições político-normativas ao invés de enfrentar os problemas de frente. Isso pode ser entendido como uma espécie de baluarte contra os pequenos abismos ideológicos e os limitados pontos de vista que afetavam os historiadores sociais da época – debatendo-se sobre questões como a primazia das relações domésticas *versus* a primazia da política externa. De certa forma, isso acabou me levando a questionar o que Marx e a mais ampla tradição marxista tinha a dizer sobre a geografia política e sobre as relações internacionais, de tal forma que as relações exteriores pudessem então ser internalizadas, tudo dentro de uma perspectiva marxista revisitada.

Nesse contexto – nós estamos nos aproximando aqui do início dos anos 1990 – eu passei a me dar por conta de que não havia uma tradição distinta na sociologia histórica de esquerda, por assim dizer, que pudesse readaptar o marxismo. Em parte, porque muitos dos sociólogos e historiadores dos tempos de Weimar tinham emigrado e, em parte, talvez porque esse gênero intelectual tinha se tornado desacreditado diante da literatura mais ortodoxa da Alemanha Oriental. De fato, esse foi um fenômeno bastante peculiar, dado que a sociologia, a sociologia histórica, é basicamente uma invenção alemã por excelência, de tal forma que seus maiores impulsos vieram dos clássicos alemães e austríacos: da Escola Historicista Alemã ao *Methodenstreit* de 1880, de Max Weber, de Joseph Schumpeter e de Karl Polanyi e, é claro, dos próprios Marx e Engels. De certa forma, esse discurso havia migrado para fora da Alemanha no final da década de 1880 e no início dos anos 1990 – com algumas exceções, como o caso do trabalho de Heide Gerstenberger. Nessa época eu estava perplexo ao estudar, nos anos 1990, que na França e na Grã-Bretanha o mesmo registro acadêmico estava bastante vivo – na França, através da Escola dos *Annales* (com Marc Bloch e Fernand Braudel) e entre os ingleses através dos grandes historiadores marxistas (Eric Hobsbawm, E.P. Thompson, Perry Anderson, etc.). E realmente, a disciplina da sociologia histórica havia sido revivida e reabilitada na academia anglo-americana, ainda que sem estar diretamente vinculada ao marxismo, como é possível verificar nos trabalhos de

Charles Tilly, Theda Skocpol e Michael Mann. Então, creio que é possível dizer que nos anos 1990 uma certa problemática estava começando a se cristalizar para mim, uma problemática na qual eu passei a buscar uma espécie de sociologia histórica internacional e marxista. Eu estava procurando por algo assim.

Quando eu estava fazendo meu doutorado no Departamento de Relações Internacionais da *London School of Economics*, correndo atrás desse tema, eu me deparei com os trabalhos de Robert Brenner e Ellen Meiksins Wood e, de muitas formas, eles me inspiraram muito. Eu considero essa literatura um verdadeiro avanço, principalmente acerca do “debate da transição” sobre a ascensão do capitalismo no feudalismo tardio inglês. De fato, eu acredito que é raro encontrar marxistas que realmente saem das suas zonas de conforto, que desviam das categorias centrais e das suposições que muitas vezes nada mais são do que convicções ortodoxamente enraizadas, e que se embrenham no terreno da história com a mente aberta, de forma inovadora, mas rigorosa, tomando a pesquisa historiográfica com seriedade (ASHTON; PHILBIN, 1987; WOOD, 1984). Nessa época, eu queria ver como eu poderia fazer uso do trabalho de Brenner para poder pensar adiante e tentar historicizar a geografia política e as relações internacionais. Acredito que isso é o que essencialmente me levou a formar meu trabalho, ou seja, procurando analisar as implicações do “debate da transição” para poder historicizar as relações internacionais e desenvolver um marxismo político para a sociologia histórica internacional.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Você é um dos principais criadores do Grupo de Pesquisa de Marxismo Político na Universidade de Sussex. O que esse grupo de pesquisa tem como meta e como vocês se posicionam em relação a essa tradição de marxismo político?*

Benno Teschke. O objetivo do Grupo de Trabalho Marxismo Político é basicamente prover uma plataforma que não confie passivamente nos pressupostos da primeira geração de marxistas políticos, mas que também tente desenvolver programas de pesquisa e comprometimentos teóricos que visem novas direções e que sejam produtivos.

Um problema que distingue as diferentes tendências dentro do marxismo político – que podem ser chamados de MP1 e MP2 – é a necessidade de

explorar as tensões não resolvidas entre, por um lado, o estruturalismo residual que ainda está dentro da categoria de relações sociais de propriedade e sua derivação lógica chamada de “regras de reprodução”, com, por outro lado, a aderência simultânea a um forte historicismo que centra suas forças no conflito social, na agência das classes e nas consequências não desejadas de suas ações. Samuel Knafo e eu falamos sobre esse problema no nosso artigo *The Rules of Reproduction of Capitalism: A Historicist Critique* (TESCHKE; KNAFO, 2015). Nós defendemos que essa tensão levou, durante um tempo, a uma concepção de capitalismo baseada em tipos-ideais (ao que chamamos de MP1), definindo como “dependência de mercado” na qual os imperativos de mercado parecem prescrever e até mesmo gerar automaticamente a agência de classe – uma leitura que também está presente hoje na obra de Charles Post e Vivek Chibber (POST, 2011; CHIBBER, 2013).

Superar essa concepção funcionalista da agência de classe e esse entendimento economicista sobre as operações do capitalismo (mesmo quando fundada num conjunto distinto de relações sociais de propriedade capitalistas) exige aquilo que nós chamamos de um forte comprometimento com um historicismo radical. Isso se sobrepõe à agência, situando-a e contextualizando-a em todos os níveis, procurando consolidar um sentido mais aberto aos conflitos e às inovações institucionais que caracterizaram diversas trajetórias do capitalismo. O *insight* mais elementar desse pensamento é simples: se o capitalismo é entendido como uma relação social determinante sobre as formas políticas, então nós não podemos conceitualizar os agentes para algo além de um roteiro pré-determinado ou de uma lógica infável. Nós precisamos mudar nossa forma de pensar e procurar estabelecer o que as pessoas fazem diante dos “imperativos” ou pressões para, a partir daí, demarcarmos as diferenças que elas criam no processo de sua própria reprodução – e geralmente encontramos inovações nesses processos. Nós não podemos conceber que os agentes sejam seguidores passivos de regras e leis, mas sim que eles ativamente criam estratégias de reprodução pensando em contextos específicos.

Em outras palavras, o problema é justamente como conceber o capitalismo não como uma categoria teoricamente fechada, mas sim como uma práxis que seja historicamente aberta. Isso exige que nos afastemos dos modelos mais generalistas e caminhemos em direção das especificidades históricas. Para mim,

isso diz respeito particularmente à questão sobre como desenvolver uma aproximação com as relações internacionais que não fique simplesmente fazendo presunções sobre a criação de políticas internacionais e diplomacia como meras consequências de pressões mais sistêmicas e estruturais – sejam elas baseadas em reificadas “lógicas” do capitalismo ou em reificadas “lógicas” da racionalidade estatal –, mas sim que avalie a eficácia da agência política em seus próprios termos. Isso não significa uma defesa sobre alguma espécie de autonomia radical da esfera do Estado, e sim que se deve considerar seriamente o fato de que são raros os casos em que a agência pode ser analisada somente em termos de imperativos contextuais ou de condições prévias, pois as pessoas tendem a buscar inovações imprevisíveis para responder, circunvagando e até escapar de tais pressões. A história não é, então, concebida como uma manifestação de lógicas ou leis onipotentes – como se fosse um registro secundário cuja meta seria confirmar abstrações apriorísticas e axiomas pré-concebidos – mas sim um terreno fundamental em termos de pesquisa para sabermos como as pessoas fazem suas próprias histórias.

Esse tipo de pensamento também se distingue da geografia marxista de David Harvey, a qual, em última instância, concebe as dinâmicas do “capital enquanto movimento” como extensão de pressões sistêmicas que exigem “soluções espaciais” em âmbito infra estrutural e sucessivas rodadas de “acumulação por espoliação”. Mas isso é essencialmente uma concepção economicista e totalizante da transnacionalização do capitalismo sem a política internacional, que por sua vez é recapturada *ex post* a partir do acréscimo, problemático e reificado, de uma lógica *a priori* do poder que seria aparentemente buscada por todos aqueles que controlassem o Estado. A teoria de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, ao menos no seu início, é outro exemplo do que acontece quando se submete a história aos grandes ciclos – os ciclos de hegemonia – e às pressões sistêmicas das relações entre Estados do centro, da semiperiferia e da periferia. O atual trabalho de Rosenberg, por sua vez, parece ter adotado uma concepção mais positivista e nomológica do desenvolvimento desigual e combinado, outro conceito-chave que constrói leis onipotentes ao redor da história mundial (ROSENBERG, 2013, 2016; TESCHKE, 2014). Aqui, história e agência são elementos que acabam sendo rebaixados a manifestações subjetivas de uma lei que cria imperativos incontornáveis, não

importa o que façam os indivíduos, de tal forma que a história se resume a categorias onipresentes.

Eu também vou acrescentar aqui que as teorias sobre o imperialismo, formuladas pelo marxismo clássico, também caíram nessa armadilha estrutural-funcionalista, concebendo o capitalismo monopolista como uma espécie de estágio sistêmico, ao menos nos países centrais do capitalismo europeu, que acabava impondo suas exigências diretamente nos Estados e nas suas políticas externas, sem qualquer tipo de mediação. Todas essas teorias sofrem do mesmo problema, ou seja, elas avançam na teoria das relações internacionais sem considerar a política internacional e o que eu considero ser mais importante é que a formulação ativa de “grandes estratégias” pode nos dizer muito mais sobre as ligações entre as políticas domésticas e a formação das políticas externas – e, ultimamente, às formas pelas quais o cenário internacional se organiza em dado contexto. É esse comprometimento com um historicismo radical e antiformalista que, para mim, é a *differentia specifica* de nossa compreensão sobre o marxismo político.

Esse é essencialmente o nosso objetivo: tentar ir além do “debate da transição” original para pode historicizar ainda mais o capitalismo e as relações internacionais “capitalistas”. Eu estou destacando aqui aquilo que gosto de conceber como as geografias políticas do capitalismo histórico: ou seja, como você pode pensar sobre política externa em formação a partir de uma abordagem do marxismo político, enfatizando as construções unilaterais ou multilaterais e as tensões entre as estratégias do Estado, cujas interações geralmente levam a consequências não desejadas. O que eu tenho em mente aqui é justamente levar a sério a ideia de que o registro histórico da política externa “capitalista” – a estruturação e gerenciamento dos espaços do capital – é incrivelmente diverso: desde a Paz de Utrecht que concebeu uma geografia política específica no continente europeu, regulado pelo equilíbrio britânico, passando pelos Congresso de Viena, o Concerto Europeu, a construção do Hemisfério Ocidental a partir da Doutrina Monroe, imperialismos formais e informais no século XIX, a estratégia americana de usar o período entreguerras como forma de quebrar os velhos impérios e substituí-los, em Versalhes, por uma proliferação de pequenos Estados a partir dos princípios da “autodeterminação dos povos”, baseado nos estados liberais e republicanos e

engendrando noções de segurança coletiva. Ou então nas noções alemã e japonesa de ordem regional autárquica – a teoria dos “grandes espaços”, de Carl Schmitt – e passando pela hegemonia americana e o projeto de integração europeia. As geografias políticas do capitalismo histórico não podem ser derivadas de uma “lógica do capital” específica, tanto se considerarmos esse conceito de forma mais genérica, como quando pensamos somente em fases específicas do desenvolvimento capitalista. Na verdade, elas exigem uma abordagem mais próxima do historicismo que ajude a enfatizar a sua própria construção – ao invés de submeter essa geografia a algum princípio *sub specie aeternitatis* – algo que ocorre tanto pelo antigo tropo da “*power politics*” que vê os Estados como acumuladores de segurança diante de uma condição de anarquia, como também no antigo tropo marxista da geopolítica capitalista. Pois afinal, o que deveria ser uma política externa capitalista? Nós acabamos expandindo nosso olhar para outros campos, para outras áreas, ao mesmo tempo que tentamos refinar ou reformular teoricamente os iniciais e brilhantes, ainda que problemáticos, trabalhos de Brenner e Wood.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Você pode explicar o argumento de seu trabalho, The Myth of 1648, e como ele transforma a reificação do Tratado de Vestefália como momento inaugural das relações internacionais modernas? Se o tratado não foi o momento inaugural, o que isso nos diz em termos políticos e históricos? Quais as críticas que você recebeu?*

Benno Teschke. Essa obra veio num momento bastante propício, dialogando com as “viradas históricas e pós-positivistas” no campo das relações internacionais. Ela era bastante diferente em termos de disciplina acadêmica e muito focado nos Estados Unidos. Tratava-se de uma área – e ainda é assim nos Estados Unidos e em outros lugares – que essencialmente se concentrava em conselhos estratégicos para as grandes potências: conselhos para o Príncipe em termos de gestão estatal, ou *Herrschaftswissen* (conhecimento de dominação) como chamavam os teóricos da Escola de Frankfurt. Era todo um campo de conhecimento acadêmico que não se importava em ser subserviente ao poder do Estado, no qual os pesquisadores movimentavam-se facilmente entre departamentos universitários, *think-tanks* e posições governamentais, seja nos conflitos, seja na cooperação – e tudo junto de forma tão sugestiva que só

reforça a ideia de como os Estados Unidos puderam manter ou até mesmo aprimorar sua posição no auge da hierarquia interestados. O resultado foi uma superficialidade intelectual que me deixava perplexo sobre o quão fora de sincronia ela estava com os padrões das ciências sociais e das pesquisas historiográficas.

Olhando em retrospecto, eu diria que comecei esse projeto com três grandes questões em mente: *A primeira* é sobre como eu deveria mostrar a historicidade da geografia política, ou seja, as políticas que compõem e a ordem geopolítica e suas “relações internacionais” baseando elas nas tensões das relações sociais. E por isso retornei à história medieval. Eu pensei nisso como uma forma de deslocar a proeminência do “Estadocentrismo” nas teorias principais das Relações Internacionais anglo-americanas, elas que se mostram tão historicamente míopes e que geram conclusões tão equivocadas nas suas teorias generalistas e trans-históricas, que acabam muito centradas em termos como “anarquia”, “maximização do poder”, “equilíbrio de poder”, como se as políticas externas fossem as mesmas desde tempos imemoriais.

A segunda questão é por que – e essa é uma questão genuinamente mais interessante – o capitalismo existe dentro de um sistema de Estados plurais e qual a relação histórica entre ambos? Essa questão foi pensada como forma de inquirir e desestabilizar o pressuposto – que é seguido pela teoria do sistema-mundo de Wallerstein – de que o sistema interestados e a múltipla jurisdição política que fratura o espaço no capitalismo é um elemento co-extensivo do mercado mundial, que ele é uma forma (geo)política “natural” ou “necessária” do capitalismo, casualmente conectada às exigências do capitalismo – e, portanto, precisaríamos voltar até os primórdios do Império Carolíngio e resgatar as mudanças das geografias políticas do medievo e da Europa moderna. O foco aqui foi mostrar a construção sócio-política e geopolítica do sistema interestados durante o período dinástico-absolutista como um devir histórico que precedeu a ascensão do capitalismo.

A terceira questão é qual foi o efeito causado pela ascensão do capitalismo na era moderna inglesa (tal como concebida por Brenner), na formação do Estado britânico e nas grandes estratégias que visavam organizar e, em última instância, transformar as relações geopolítica pré-capitalistas no resto do mundo. De certa forma, 1648 foi uma espécie de casualidade nesse programa de

pesquisa, e não seu principal objetivo – em parte, porque parecia óbvio para mim que ninguém que fosse minimamente letrado em história moderna e tratados de paz, iria levar a sério as afirmações das Relações Internacionais sobre como o Acordo de Vestefália marcaria a “modernidade” desse campo. Ainda assim, devo dizer que subestimei o quão profundamente embrenhada estava essa *idée fixe* na mentalidade coletiva da disciplina. Portanto, *The Myth of 1648* e a subsequente palestra no Deutscher Memorial, tiveram uma enorme recepção dentro e fora das Relações Internacionais, assim como dentro e fora do marxismo.

A resposta que veio de dentro do campo das Relações Internacionais centrou-se menos nas questões analíticas – que foram mais produtivas a partir de um discurso marxista – e mais na revisão do status de 1648. Enquanto alguns poucos implicaram com a veracidade empírica de minha interpretação do Acordo de Vestefália, três tipos de respostas emergiram, além daquelas poucas que realmente consideraram que minha análise era uma alternativa teórica plausível.

O movimento tático mais comum foi primeiro dizer que ao afirmar que “Vestefália” seria o ponto de partida das relações internacionais, isso nunca quis dizer de fato que essa era uma tese historiográfica séria dentro do campo científico da área. A presunção de que haveria um estado de anarquia anterior ao Tratado de Vestefália era algo bastante conveniente com os modelos da Ciência Política, cuja veracidade histórica é frágil. É apenas um modelo sobre como visualizar as relações interestados num ambiente anárquico. O argumento, nesse caso, concebe que não deveríamos nos preocupar muito com as origens específicas dessa ordem interestados, pois a história era uma preocupação secundária nas Relações Internacionais e que poderia ser negligenciada.

A segunda resposta que recebi foi de que havia alguma verdade em minha argumentação, mas que as Relações Internacionais nunca realmente sustentaram que o sistema moderno interestados caiu do céu de repente, como se fosse subitamente institucionalizado após a Guerra dos Trinta Anos, entendendo que 1648 foi um mero degrau numa enorme caminhada lenta e gradual...

A terceira resposta, que geralmente veio de pós-estruturalistas, era dizer que talvez eu estivesse certo, mas que ainda é um mito, um mito discursivo e, portanto, ainda tem poder enquanto discurso performativo e constitutivo, não apenas para a disciplina, mas também para a realidade, de tal forma que os políticos ainda usam, em alguma instância, Vestefália como um aparato retórico ou práxis performativa; logo, esse mito possuiria uma eficácia histórica por si só. E, nesse sentido, 1648 ainda precisa ser levado a sério. Esse tipo de argumento, é claro, contém uma verdade – se as pessoas começarem a acreditar em afirmações falsas, elas se tornam ideologia. Mas isso não constitui uma análise sobre como devemos pensar Vestefália, especialmente a partir de um ponto de vista crítico.

George Souvlis e Aurélie Andry. *E agora, como você enxerga os efeitos mais gerais dessa obra e de sua abordagem histórica para entender as relações internacionais capitalistas? Como ela afetou o andamento das suas atuais pesquisas?*

Benno Teschke. Ultimamente, o debate sobre como identificar um momento determinante – um ponto crucial e sistêmico que signifique a chegada das relações interestados capitalistas ou modernas – levou a um impasse intelectual recheado com suposições de ordem teológica. A implicação histórica da minha pesquisa é simplesmente de que a pesquisa por mudanças sistêmicas “súbitas” sobre a ordem internacional é um esforço inútil. Ela reforça a ideia de que a história é um processo “alérgico” a essas periodizações sistêmicas calcadas em cortes de “antes” e “depois”, já que existem diferentes temporalidades e desenvolvimentos em diferentes regiões. Essas análises partem do princípio que nós sabemos como as relações internacionais “capitalistas” ou “modernas” devem ser, assim que cruzamos as linhas imaginárias que as definem. Mas a verdade é que nós não sabemos! O que significa dizer que essa ou aquela é uma política externa capitalista distinta se, afinal, toda política externa capitalista emerge de formas distintas e de casos concretos? Como nós sabemos, tais políticas podem variar desde posturas defensivas até formações de alianças, congressos, imperialismos formais e informais, tentativas de estabelecer esferas de influência regionais e distintas, institucionalizações como a Doutrina Monroe, o *Grossraum* fascismo, hegemonias semiconsensuais, descolonizações,

ou integrações regionais (como o caso da União Europeia). Ninguém lúcido poderia negar que a acumulação de capital é uma poderosa razão por trás dos cálculos da política externa dos Estados capitalistas, mas isso não nos diz muito sobre a especificidade das formações de estratégias específicas de política externa, sobre as geografias políticas e sobre as suas chances de serem concretizadas.

O grande ponto em meu argumento é menos sobre encontrar um momento no tempo em que as relações internacionais capitalistas ou modernas foram criadas, mas mais sobre pensar um pouco mais sobre a diversidade na construção das estratégias da política externa para o controle geopolítico das relações interestados ao longo do tempo, dentro de um contexto capitalista, é claro. Agora, esse tipo de historicismo geralmente é descartado apressadamente por teóricos das Relações Internacionais mais positivistas que veem o campo como uma ciência social com concepção teórica capaz de validar determinismos e generalizações. Por conta disso, minha obra é muitas vezes referida mais como um trabalho historiográfico ou interpretativo do que qualquer outra coisa. Minha estratégia epistemológica é então rebaixada como se ela não fosse “científica”, talvez construtivista, interpretativista, ou hermenêutica e por aí vai, mas que não é considerada pertencente ao campo das Relações Internacionais tais como são definidas – e isso vem também de marxistas, que acabaram adotando a ideia de que há uma eficácia estrutural no capitalismo e nas suas tendências expansionistas. Mas o ponto central para mim é simplesmente seguir demonstrando que é um erro centrar-se numa noção de capitalismo pré-concebida e baseada em tipos-ideais e, principalmente, considera-la estruturalmente eficaz para as Relações Internacionais de forma determinista. Ao invés disso, o que nós precisamos é historicizar constantemente e, ao fazer isso, começar a perceber os elos, as mediações entre a presença do capitalismo e as formações de políticas externas são variadas, muitas vezes indeterminadas e não apenas em termos de política externa, mas também em termos de geografia política. Portanto, essa leitura é uma reação contra a ideia comum de que nós devemos partir de axiomas ou expectativas sólidas derivados da pressão sistêmica do capitalismo.

Eu falo isso algumas vezes em meus trabalhos mais antigos, nos quais eu sugeri que do século XVII em diante, o capitalismo emergiu e começou sua

expansão, mas não como um processo orgânico que pudesse ser rigorosamente teorizado. Na verdade, o que nós vemos, é uma incrível diversidade na construção de políticas externas e ordens especiais no início do século XVIII em diante. Esse período formativo obviamente é bem diferente do início do século XIX, após a delimitação de instituições geográficas e inovações práticas nas relações internacionais – o contexto do surgimento do Congresso de Viena e da “Santa Aliança”, depois das guerras napoleônicas, que mostram que incidentalmente a Grã-Bretanha se viu incapaz (e até mesmo desinteressada) em impor sua hegemonia sobre a Europa continental, tal como teorizam os neogramscianos; e isso também é bastante diferente em relação ao estabelecimento de sistemas de alianças mais formalizados e o sistema de equilíbrio de poderes após a virada do século que foi vigente até a Primeira Guerra Mundial. Após 1945, a hegemonia americana é, novamente, muito diferente no que diz respeito às relações interestados capitalistas e muito diferente das relações internacionais após o 11 de setembro. Todos nós sabemos disso, é claro, mas os marxistas ainda querem reduzir toda essa diversidade a uma essência do capitalismo, ou a algum estágio do capitalismo, ou a alguma outra grande fórmula explicativa. Eu creio que o registro histórico só nos mostra o quão problemático é buscar os atalhos entre capitalismo, um tipo particular de política externa e um tipo particular de ordem geopolítica. Então, para resumir, eu considero que um programa de pesquisa deve evitar essas concepções e buscar elaborar um trabalho mais detalhado, um trabalho mais historiográfico.

O que eu estou fazendo atualmente é analisar o Tratado de Utrecht, o que parece um tanto quanto antiquado, mas esse grande acordo de paz, que foi muito pouco estudado dentro das Relações Internacionais, concluiu a Guerra de Sucessão Espanhola em 1713 e mudou as regras do jogo. E isso é significativo para mim porque Utrecht me permite pensar nas distinções entre o caráter dos antigos regimes de 1648 e a primeira tentativa britânica, pós-1688, em desenvolver um novo e bastante distinto tipo de grande estratégia, digamos, capitalista, mas justamente sem procurar desenvolver o capitalismo no continente. Dessa forma, após a Revolução Gloriosa de 1688, a Grã-Bretanha começa a elaborar novas políticas externas em âmbito internacional, impostas e aceitas multilateralmente a partir do Tratado de Utrecht. O que é inovador aqui,

um ponto que inclusive destaquei no final do meu livro, mas que agora me parece ainda mais claro, é que os ingleses desenvolveram uma nova e singular base institucional para conduzir essa política externa, já que esse campo passou a responder diretamente pelo Parlamento. Isso permitiu a articulação das políticas externas em termos muito mais sóbrios, a partir de cálculos mais laicos em relação aos “interesses nacionais” e sem todos os personalismos da *Kabinettspolitik* dos líderes absolutistas. Isso envolvia as tentativas de reorganizar a geografia política europeia de acordo com os interesses britânicos e, sob uma nova base geográfica, enfrentar o equilíbrio de forças existente para evitar a re-emergência de um rival continental europeu.

Desde então, o equilíbrio de poder deixou de ser uma lei da política mundial, mas uma prática bastante específica – ela é a construção consciente de uma grande estratégia desenvolvida por determinados atores. Daniel Baugh escreveu, na década de 1980, um grande artigo sobre isso, mostrando que a emergência da “estratégia do mar azul” tinha um aspecto dualista: ela estabelecia a supremacia comercial-marítima de forma unilateral enquanto, ao mesmo tempo, era ainda mais defensiva em relação a Europa (Baugh, 1988). Mas esse não foi um resultado funcional oriundo de uma monarquia constitucional capitalista, na qual a soberania da lei agora residia com o Parlamento, mas sim uma construção bastante específica focada tanto nas estratégias em tempo de guerra como nos acordos de paz que eram contestados entre Whigs e Tories, e que foi levada à tona em Utrecht e negociada com outros emissários. Assim, se você traz à tona esse tipo de trabalho de forma conceitual, então você começa a entender rapidamente que noções tais como “moderno” dizem muito pouco em termos de Relações Internacionais, pois o termo implica muito mais em semelhanças do que em diferenças. A ascensão do capitalismo na Inglaterra e como isso levou a novas iniciativas na política externa e, posteriormente, alterou a Europa e o mundo além-mar, não é um processo desprovido de padrões e regularidades; porém, esses padrões não nos ajudam a entender como os políticos dentro do Estado realmente inovaram no âmbito da política externa. A história é, então, entendida enquanto processo – uma construção interativa e esse é o ponto, o grande ponto, que eu defendo contra qualquer tentação que recorra às explicações de ordem estrutural.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Você poderia explicar como o seu trabalho mostra como a teoria marxista, em especial a noção de “relações sociais de propriedade” do Marxismo Político, pode ajudar a desafiar e redefinir alguns dos pressupostos centrais da teoria das Relações Internacionais e da sociologia histórica? Você acha que, vice-versa, as Relações Internacionais podem ser usadas para o proveito da teoria marxista?*

Benno Teschke. Você precisa entender que, até muito recentemente, a matriz anglo-americana das Relações Internacionais era baseada na concepção de que as teorizações partiam do pressuposto de que a existência do sistema interestados era praticamente natural, ao invés de ser algo que exigisse alguma explicação prévia. Eles concebem o político como uma esfera autônoma na qual os Estados são genericamente imbuídos de racionalidade unívoca, lhes concebendo certos atributos – basicamente sobrevivência, segurança e maximização de poder. Assim que esses axiomas se encontram todos nos seus lugares, você pode estabelecer várias séries dedutivas lógicas sobre como a racionalidade da ação dos Estados num cenário de anarquia internacional leva a certos resultados, incluindo aí o equilíbrio entre poderes, que compreende a existência de uma lógica sistêmica do auto-equilíbrio. Há aqui um exercício de lógica abstrata bem bonitinho, modelado por Kenneth Waltz, que faz uma analogia dessas análises com a anarquia dos mercados competitivos auto-regulados pela mão-invisível do mercado. Eles dizem também que essa concepção está baseada numa antiga sabedoria – *si vis pacem para bellum* –, mas sem qualquer ligação com a realidade. Os trabalhos de Hans Morgenthau e os posteriores de Kenneth Waltz geralmente são vistos como uma espécie de travessia sobre um Rubicão analítico, considerando o Estado e as relações sistêmicas interestados – e tudo aquilo que compreende as sociedades dentro desses Estados. A partir dessas premissas, as esferas doméstica e social são extirpadas das análises que verificam as influências no gerenciamento do Estado e nas políticas externas – e isso incluiria partidos, empresas, interesses setoriais, crises sociais e por aí em diante.

Isso, é claro, é uma perspectiva bastante limitada, pobre e ideológica sobre as Relações Internacionais enquanto uma ciência social. Mas mais interessante do que criticar esse tipo de funcionalismo, que muitas vezes é vendido como “ciência dura”, é perceber a genealogia intelectual desse movimento que

transpassou o pensamento da direita estatista da República de Weimar, geralmente a partir de intelectuais alemães que, após a Segunda Guerra Mundial, foram para os Estados Unidos em plena Guerra Fria e tiraram a força da antiga abordagem “liberal” das Relações Internacionais (associada com o wilsonianismo). Morgenthau, por exemplo, não era somente influenciado por Max Weber, mas também pelo conceito de política de Carl Schmitt, que concebe que a política é uma esfera autônoma ativada por binarismos do estilo “nós” *versus* “eles”. Isso não é tanto uma referência a definição de soberania nos termos de Schmitt, entendida nos termos daqueles que podem definir o estado de emergência que suspende os trabalhos rotineiros da política parlamentar liberal, mas sim uma referência a sua infame ideia de que uma lógica diferente, puramente política, passa a vigorar tão logo certas diferenças pré-políticas atingem um estado de intensidade que possuem um antagonismo possivelmente letal. Aparentemente, Morgenthau aconselhou Schmitt a inserir a ideia de “intensificação” dos assuntos não-políticos em seu tratado, *Der Begriff des Politischen*. Assim, uma noção conservadora e semifascista de política, forjada a partir da quarentena promovida pela República de Weimar para arrefecer os conflitos de classe, foi transposta para o contexto americano, mas com uma roupagem típica da Guerra Fria.

Hoje em dia, o campo das Relações Internacionais é, vale dizer, muito mais rico em termos de diversidade e especialmente fora dos Estados Unidos, mas é difícil lidar com a prevalência do realismo, do neorealismo e daquilo que é chamado de institucionalismo neoliberal – que nada mais é do que outra versão do pensamento racionalista sobre o comportamento estratégico do Estado. Portanto, essas tradições serviram como alvo no meu livro à medida que ataquei elas a partir da sociologia histórica.

A sociologia histórica, por sua vez, é um campo dominado pelo neoweberianismo e pelo argumento tautológico de que “a guerra fez os Estados e os Estados fizeram a guerra” – e isso permanece sendo o consenso básico sobre como os Estados modernos e o sistema interestados emergiram na era Moderna. Muitos historiadores usam a noção de “Estado fiscal-militar” de John Brewer, que racionaliza as estruturas do Estado para procurar as medidas tomadas no âmbito estatal para aumentar o seu poder e declarar guerras, o que basicamente é uma outra forma de dizer a mesma coisa. São poucas as pessoas

que relacionam tais desenvolvimentos com mudanças nas relações sociais e, em particular, com as formas as quais os conflitos sociais, apesar das similares rivalidades militares, divergiram trajetórias em termos de formação estatal em diferentes direções – absolutismo, monarquias constitucionais, repúblicas etc. É por isso que o trabalho de Brenner é seminal para mim.

Eu deveria dizer que hoje, como afirmei antes, não subscrevo o conceito de “relações sociais de propriedade”, ao menos não da forma como foi rigorosamente estilizado como um conceito analítico por Brenner. Ele sugeriu que as relações de propriedade geram – e praticamente o fazem por conta própria – determinadas regras de reprodução de ambos os lados das relações de classe, sejam elas sociedades feudais ou capitalistas (BRENNER, 1985). Isso então levaria ou ao “não-desenvolvimento” na sociedade feudal, ou ao “desenvolvimento” nas sociedades capitalistas. Isso era útil para poder elaborar um contraste mais gritante entre dois diferentes tipos de relações sociais para propósitos analíticos, mas essa concepção também acaba resvalando nas reificações e rigidezas que não conjunham com os registros históricos (certamente não para o “capitalismo”) e acabam por suprimir o espaço da “agência viva” dos sujeitos.

Eu acredito que o artigo seminal de Ellen Wood, “The Separation of the Economic and the Political in Capitalism”, publicado na *New Left Review*, aponta para um entendimento diferente, mais centrado no caráter sócio-político e não-economicista do capitalismo (WOOD, 1981). Ele foi bastante inspirado pela obra de E.P. Thompson e eu me sinto muito mais confortável com essa concepção de capitalismo mais historicista e menos lógico-analítica. E isso na verdade nos leva de volta a uma controvérsia tão duradoura quanto fundamental que retoma a obra de Marx, mais especificamente quando ele declarou, no prefácio de *O Capital*, que estava tratando os “indivíduos como personificação das categorias econômicas, como transmissores das relações particulares de classe e interesses”, ao invés de entendê-los como atores históricos (MARX, 1976). Para mim, a obra de Brenner (pelo menos no que diz respeito ao “debate da transição” original), está equilibrada entre essas duas orientações contraditórias: os conflitos de classe e sua historicidade *versus* as abstrações referentes às leis de reprodução e às dinâmicas de desenvolvimento e “não-desenvolvimento”.

Trazendo de outra forma, pode se dizer que a questão é a seguinte: será que o marxismo precisa das Relações Internacionais? Aqui falo menos do corpo substancial do campo das Relações Internacionais, mas mais da problemática referente às relações espaciais e interestaciais da concepção marxista da história, da historiografia marxista e das ciências sociais. E tenho insistido nisso por um bom tempo, afirmando que as relações internacionais são um grande desafio para o marxismo e isso acaba fazendo com que se retome o trabalho de Marx. Isso porque ele nunca realmente sistematizou um pensamento sobre as relações internacionais, entendidas aqui como um objeto de pesquisa. É claro, nós podemos olhar para seus escritos jornalísticos, suas anotações, suas cartas e todo esse material tem insights interessantíssimos para pensarmos algumas das crises internacionais contemporâneas, mas nada disso foi cristalizado em algo que ele considerasse mais seriamente, ao menos do ponto de vista teórico. Ele estava ficando cada vez mais interessado em negócios internacionais durante a década de 1850, durante a Guerra da Crimeia, e passou então a escrever extensivamente sobre a Guerra Civil Americana, sobre a “Questão Oriental” e sobre a Índia. Kevin Anderson fez um belo apanhado dessas questões em seu livro (ANDERSON, 2010). Mas o tom dado era aquele inaugurado pelo *Manifesto Comunista*, que é cheio de lindas metáforas sobre assuntos internacionais – e são grandes e poderosas metáforas – mas que possui, como categoria chave para entender essas manifestações, o “mercado mundial” ou a “sociedade à semelhança da burguesia”. Como o mercado mundial seguiria se expandindo em linhas transnacionais, “ele criaria um mundo a sua imagem e semelhança”. Isso significava, citando o próprio Marx, “que os baixos preços de suas mercadorias formavam a artilharia pesada com que se destrói todas as muralhas da China”, forçando as nações “bárbaras” a capitularem e adotarem o modo burguês de produção. E, como todos nós sabemos, isso não é verdade: em cada caso específico que analisarmos, o capitalismo teve de ser imposto sobre territórios não-capitalistas, tanto pelo uso da força estatal como pelas guerras – e, no caso chinês, poderíamos citar as Guerras do Ópio e os tratados desiguais que deram origem ao protetorado britânico em Hong Kong.

Assim, mesmo quando Marx falou sobre relações internacionais, de forma fugaz ou secundária, ele parecia problematizar pouco o efeito dessas relações sobre o curso e até mesmo sobre o desenvolvimento do capitalismo. Vale

lembrar que tanto o *Manifesto Comunista* como *A Ideologia Alemã* fazem parte de uma fase ainda inicial da obra de Marx, muito influenciada por suas leituras sobre Adam Smith, próximas de uma concepção bastante liberal sobre como o capitalismo basicamente universalizava, de forma pacífica, a partir da crescente divisão do trabalho, ao invés de olhar para questões como geopolítica e mudanças de ordem conflituosa nas relações de propriedade. O mercado mundial aparece como uma agência própria, capaz de homogeneizar múltiplas regiões, submetendo-as a uma lógica comum elaborada pelo próprio mercado. Nesse caso, esse *Weltmarkt* tornar-se-ia, portanto, uma espécie de megassujeito, deixando de lado o “como” as pressões do mercado mundial são mediadas pelos Estados, incluindo aqui como elas afetam Estados e classes sociais e, principalmente, como elas respondem aos imperativos de mercado. Como, afinal, esse processo conseguiu gerar uma geopolítica e como, mais tarde, seus desenvolvedores conseguiram institucionalizar as relações de mercado de forma tão diferente em várias regiões do mundo?

O grande problema é que, nós sabemos, Marx realmente nunca escreveu um livro distinto sobre comércio internacional, sobre a guerra ou sobre geopolítica – um livro que inclusive poderia ter problematizado algumas afirmações que são feitas sem considerar a questão do espaço, seja em concepções etapistas da história mundial, seja nas noções que universalizam o mercado mundial capitalista. E, nesse sentido, as Relações Internacionais – menos como disciplina, mas mais como problemática – permanecem sendo um tema cada vez mais urgente para os marxistas se reapropriarem, sem desconsiderar com isso, é claro, os trabalhos de alguns teóricos clássicos do imperialismo, como Lenin, Bukharin e, em alguma medida, Rosa Luxemburgo. Mas mesmo aqui existe o problema de que eles acabaram caindo numa concepção funcionalista e utilitarista sobre o Estado. Hoje em dia, há cada vez mais estudos empíricos que demonstram que essas concepções são problemáticas, analisando a “partilha da África” e a repartição do mundo em meados do século XIX, diante da virada do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista.

Portanto, não importa o quão ponderosas tenham sido as intervenções das teorias acerca do imperialismo na época em que foram criadas, o que parece realmente se distinguir são esses pensamentos sistêmicos que procuram

elaborar conceitos para o campo das Relações Internacionais, todos eles baseados em premissas antimarxistas, neorankeanas e neoweberianas. Isso pode parecer decepcionante por um lado, mas também nos força a alargar ainda mais o campo para que se repense e se retome o problema das Relações Internacionais dentro do marxismo.

George Souvlis e Aurélie Andry. *A crise recente e a atual era de austeridade acabaram levando a um crescente questionamento sobre a legitimidade e a viabilidade do projeto da União Europeia. Há desacordos dentro dos novos partidos de esquerda europeus (Syriza, Podemos) sobre a possibilidade de usar a EU como um veículo político para reformas sociais progressistas. Qual sua posição sobre esse tema?*

Benno Teschke. A situação para uma política progressista de esquerda na Europa é bastante complicada, mas não desesperadora. Parece-me que, nesse momento, a Europa (e mais particularmente a Grécia) vem passando por um período motivado pelas contradições de um populismo progressista, inspirado por uma leitura laclauiana de Carl Schmitt que transforma tudo numa estratégia antagonista de mobilizações nacionais de massa (alimentando-se das distinções entre “nós” e “eles”), assim como um crescente reformismo de esquerda europeu. Taticamente, parece que esse populismo calcado no confronto sofreu retaliações da Troika que foram mais duras do que imaginávamos e, por causa disso, agora estamos diante de uma perspectiva cada vez mais concreta de uma autodestruição interna do Syriza. Pior ainda, nós podemos ver ao mesmo tempo a coalizão das direitas ganhar forças com o fracasso de Alex Tsipiras, o que inclui aqui até mesmo a possibilidade de um golpe militar de direita na Grécia. Um populismo progressista pode ser a melhor tática em âmbito doméstico, mas vem demonstrando que é uma estratégia equivocada em termos de política externa, pois aguda as divisões sem qualquer perspectiva de superá-las. É claro, eu fico furioso diante da reação alemã perante a crise grega, que hoje nada mais é do que uma ocupação econômica sobre a Grécia, uma espécie de golpe de Estado informal, passando por cima de todos os princípios fundamentais da União Europeia e todo o arcabouço construído sobre solidariedade europeia. E, nesse caso, é claro que a UE acaba ficando enfraquecida!

Mas nós precisamos nos perguntar se essa retórica “confrontacional” de caráter populista, por mais que ela esteja solidamente ancorada numa realidade, não gerou sua própria resposta “híper-confrontacional” por parte da Troika, tanto em âmbito político como no âmbito das relações pública. E isso é desagradável porque, ao invés de apresentar a crise como um conflito entre capital transnacional e trabalho transnacional – ou dos contribuintes – ela pode discursivamente fabricar um antagonismo entre os alemães pão-duros (ou os “europeus do norte”) *versus* os preguiçosos gregos, ao invés de tratar a questão como deve ser. Contribuintes europeus, das classes mais baixas e médias, salvando bancos, investidores e credores públicos europeus que enganaram as pessoas das mais diferentes formas, ao mesmo tempo em que essa fuga com o capital grego fez disparar os preços dos mercados imobiliários em Londres e Berlim. E isso sem mencionar o papel da Goldman Sachs ao alterar os registros de entrada da Grécia na zona do Euro, das massivas evasões fiscais, da corrupção da elite grega, dos beneficiados pelo sistema de financiamento por débito nos ingênuos projetos infra estruturais gregos para negócios europeus e alemães, etc.

Agora, é claro que os países da União Europeia estão presos nesse acordo e, dado o que aconteceu com a Grécia, nós podemos ver que não há nenhum espaço possível que possa respirar por perto diante da força econômica do governo alemão. Sua imposição direta para uma reestruturação e programas de ajuste, todavia, sequer são efetivos; eles só estão empurrando a Grécia e outros países cada vez mais fundo na crise sem resolver o problema do débito de uma forma concreta. Assim sendo, o populismo acaba sendo alimentado da pior forma, pois a imprensa alemã – desde o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* ao jornalismo marrom do *Bild Zeitung* e outros – retrata a situação a partir de sentimentos nacionais e essa é a forma errada de analisar o problema, alimentar os piores estereótipos sem, é claro, olhar para o que os bancos franceses e alemães realmente fizeram e como eles empurraram a Grécia e outros países em um poço de dívidas, assim como o fato de que eles acabaram recuperando sua força ao socializar essas dívidas com a população. Dessa forma, os contribuintes europeus estão praticamente fazendo um *bailout* a favor da Grécia, mas na verdade eles estão fazendo esse *bailout* para os bancos alemães, ingleses e franceses. E ao invés de conectar isso ao capitalismo neoliberal, acaba se

conectando essa dimensão a uma “preguiça grega”. Atualmente existem forças na Alemanha, como a AfD (Alternativa para a Alemanha, um novo grupo eurofóbico de extrema-direita conservadora), que capitalizam esse discurso, clamando por um encolhimento da União Europeia, de tal forma que somente os centros financeiros poderiam sobreviver dentro de uma nova zona do Euro, reconstituída e neoliberalizada. O resto poderia então se separar da UE: uma perspectiva sombria que iria gerar uma crise ainda maior nos países mediterrâneos, colocando-os numa situação de insustentável periferia por anos e anos a fio.

Assim, nós chegamos hoje a um ponto crucial da crise, mas isso precisa ser melhor discutido. Taticamente, eu diria que devemos vencer esse debate – vencer dentro da União Europeia inclusive – e que acho que pode ser vencido, dado que há muitas evidências, assim como é possível afirmar que há forças de esquerda cada vez maiores nos países europeus, incluindo aqui a França e a Alemanha. E dada a demografia dos mais afetados pela crise – os mais jovens –, isso pode acabar ajudando nessa direção. Mas a esquerda política, na minha opinião, não pode confiar em projetos nacionalistas ou antagonismos de ordem nacionalista, mas sim construir alianças internacionais fortes. Isso exigirá mobilizações massivas, extra e interparlamentares, orientadas a partir da necessidade de reconstruir completamente o arcabouço institucional da União Europeia. Nesse caso, exigir a saída da União Europeia (seja de forma oportunista ou mais abstrata), especialmente nos casos que tal demanda acaba sendo monopolizada pela direita e que a esquerda não possui uma estratégia clara, pode acabar significando um caminho sem saída. A opção de trabalhar estrategicamente dentro das instituições europeias – mesmo quando elas são antidemocráticas – não deve ser completamente descartada.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Vamos voltar ao trabalho de Carl Schmitt. Sua obra tem recebido cada vez mais atenção por parte de intelectuais de esquerda durante as últimas duas décadas (Chantal Mouffe, Gopal Balakrishnan, Ernesto Laclau). Você acredita que os intelectuais contemporâneos e a esquerda deveriam enfrentar os dilemas que Schmitt apresentou? Ou isso é um sinal de uma derrota política mais ampla?*

Benno Teschke. A obra de Schmitt é polivalente e pode ser lida de múltiplas maneiras. Eu posso entender porque intelectuais se interessam por sua análise e sua crítica ao imperialismo americano, particularmente no que diz respeito aos seus profundos *insights* sobre as mudanças no direito internacional relacionadas à abolição do sistema clássico de guerras interestados e sua substituição por um conceito mais discriminatório de guerra, de intervencionismo pan-humanitário e de formas condicionais de soberania liberal que vão desde o Tratado de Versalhes e a Liga das Nações. Portanto, a esquerda certamente pode adentrar nesses dilemas que ele identificou, mas eu não recomendaria as soluções políticas prescritas por ele. Uma reafirmação abstrata do político, organizado em Estados soberanos, ou um recuo em direção a um sistema militante e belicista, não constituem uma alternativa factível e sustentável para a política progressista de esquerda. Um populismo nacional de esquerda, alimentando-se da crua distinção entre “nós” e “eles” pode ser apropriado para alguns países, mas não para os pequenos países europeus, tão profundamente integrados. Deve-se dizer que Schmitt advogou a favor das mais autoritárias soluções para resolver as crises sociais dos países liberais-constitucionais – no seu caso, referindo-se a crise de Weimar – com premissas tais quais a invocação do estado de emergência pelo poder Executivo, suspendendo assim as constituições. Internacionalmente, ele defendeu que o mundo fosse dividido entre quatro ou cinco grandes potências, cada uma criando suas próprias esferas de influência regionais, o que ele chamou de *Grossraeume*, ou pan-regiões.

Logo, eu fiquei surpreso sobre como ele foi remobilizado, e de forma tão acrítica, durante a última década na literatura anglo-americana, incluindo aqui as Relações Internacionais, como se ele fosse um pensador aparentemente radical e crítico. Claro que, em certo nível, eu posso entender que talvez ele tenha sido de fato. Mas parece existir uma espécie de amnésia coletiva ao redor de Schmitt e os não-alemães não parecem associar, necessariamente, seu pensamento com o seu papel durante o período nazista, ou como o seu trabalho está ligado ao contexto político da época, ou o quanto se pode dizer que ele foi um intelectual cúmplice do regime que lançou as bases para um projeto nazista de política externa. A crítica que ele fez ao imperialismo americano não

significa que sua concepção política tenha algo a oferecer para a esquerda – muito pelo contrário!

Ele não era um desses geopolíticos clássicos, mas ao inicialmente admirar a Doutrina Monroe no hemisfério ocidental e depois resistir a sua ampliação em proporções globais a partir do wilsonianismo, ele formulou um plano e uma justificativa para a conquista alemã no leste, a qual ele descreveu como uma forma mais ou menos comum na lógica do poder política da história mundial. As potências vitoriosas basicamente articulam suas leis internacionais depois das conquistas, ou seja, o direito internacional acompanha a conquista, gerando um “nomos” – que seria uma combinação de soberania territorial e de direito. Isso pode ser verdade se nós “dessociologizarmos” as relações e transformarmos elas em uma descrição da relação entre direito e poder internacional, mas nós realmente queremos fechar essa possibilidade intelectual para simplesmente verificar os princípios da lei e da ordem na política das potências?

Portanto, eu faço duas coisas com Schmitt em meu trabalho: primeiramente, eu desconstruo sua história do direito e da ordem internacional, tal como ele expõe na obra *O Nomos da Terra*, e mostro como a tentativa de fornecer uma contra-narrativa ideológica à concepção liberal acaba tendo uma série de problemas históricos e simplesmente não é verdadeira (SCHMITT, 2014; TESCHKE, 2011a, 2011b, 2011c). E, em segundo lugar, eu tento desafiar o frágil vocabulário teórico – a noção de “pensamento sobre a ordem concreta” e seu conceito de “política” (com a distinção de aliado/inimigo) – que supostamente serve como base para sua contra-narrativa de caráter histórico e antiliberal. Ao mesmo tempo, eu creio que é sintomático que intelectuais de esquerda, incluindo aqui Gopal Balakrishnan, Chantal Mouffe e outros, tenham se voltado para Schmitt para conseguir dar conta de pontos que não estavam sendo abordados numa geopolítica marxista, mais especificamente sobre esse período entreguerras do século XX (BALAKRISHNAN, 2002, 2011; MOUFFE, 1993). De certa forma, isso se relaciona ao meu ponto anterior: o fato das Relações Internacionais ainda serem pouco estudadas dentro da literatura marxista acaba fazendo com que as pessoas tenham que procurar em outros autores por conceitos e histórias que ajudem a entender a crise do direito e da ordem internacional do final do século XIX em diante, sendo que episódios como o

período das guerras mundiais e a virada do século XX para o XXI acabam sendo vistos pela ótica de Schmitt. E isso gera um certo desconforto!

O que espero ter mostrado é como pode ser irresponsável e problemático usar as categorias de Schmitt e emparelha-las com noções como capitalismo e lutas de classes. E isso se dá principalmente porque o próprio Schmitt considerou, desde o início, que seu pensamento era antissociológico, o que ajuda a explicar seu pertencimento a uma tradição realista e autoritária. Poderia se lembrar, por exemplo, que sua definição de soberania deriva da teologia política, da *plenitudo potestatis* papal e do absolutismo, que legitimava o poder Executivo como algo à parte do corpo social, de suas lutas e de suas tensões. Ele tentava isolar a política enquanto esfera separada, assim como remover o caráter político de qualquer forma de contestação ou responsabilidade social. Soberano é somente aquele que decide o estado de exceção. E a evocação desse conceito de política, por sua vez, acaba girando em torno de uma noção tosca de homogeneidade do “povo” (*volk*), conduzida por uma política existencialista de medo que seria criada justamente para remover as distinções sociológicas dentro da heterogeneidade sócio-política dos conflitos de classes que marcam a sociedade civil.

Tornar esse arcabouço compatível com o marxismo – seja teórica ou politicamente – exige um grande malabarismo intelectual, pois precisamos pensar duas coisas, no mínimo, sobre soberania: a primeira, é que a soberania é uma relação social. Isso pode soar muito vago, mas qualquer pessoa que esteja clamando a favor do estado de exceção tem que ter pensado sobre as chances de sua implementação antes de declará-lo. Qual é a atual situação social? Que tipo de recursos nós precisamos levar em conta – militares, políticos, administrativos – para implementar o estado de exceção? O estado de exceção é uma relação profundamente social, algo bastante equidistante do argumento de Schmitt. A segunda coisa é justamente perguntar que tipo de crise acaba exigindo a emergência de um estado de exceção? Já que a *Teologia Política* não parece interessada em criar explicações para a crise, ao contrário da sociologia histórica ou da economia política, o pensamento schmittiano não nos fornece categoria para entender crises de ordem sócio-política – e daí é bastante fácil cair numa noção abstrata do “político”, que se configura justamente no pensamento primitivo de grupo que separa “nós” e “eles”. Além disso, até

mesmo observando os territórios oriundos da conquista militar, Schmitt manteve sua visão profundamente dessocializada, afirmando a existência de uma lógica realista da dinâmica geopolítica e das potências que conscientemente dissociava elas de tudo que acontecia internamente em suas sociedades. Ele insistia que, pela natureza dos Estados, eles se expandiriam e competiriam por espaço! Essa fórmula apriorística permitia que, não importa se você olhasse para 1492 ou para a rivalidade imperial do final do século XIX, Schmitt sempre veria aqui a competição e o prevalecimento da lei do mais forte. Porque isso seria simplesmente o que os países fazem: eles se preservam através da expansão territorial, criando um “nomos” ao invés de criarem “cosmos” ou “logos”.

Portanto, eu continuo surpreso com as tentativas de marxistas em reapropriar não só o Schmitt histórico, mas também o Schmitt mais conceitual e político. Para mim, isso é um *cul-de-sac* – intelectual e politicamente, parece uma espécie de autoderrota. Sim, é realmente incrível verificar as semelhanças entre a situação contemporânea e a crise do entreguerras que Schmitt analisou a partir da República de Weimar. Nós temos uma crise capitalista gigantesca em nossas mãos, com forças da direita nacionalista em praticamente todos os países da União Europeia absorvendo o descontentamento social e com um centro liberal em vias de colapso. Para agir nesse cenário, como Steffan Wyn-Jones me lembrou certa feita, uma esquerda populista e nacionalista que acabe acoplando algumas das receitas políticas da direita – inclusive encontrando um terreno comum para ação, por mais temporário e ambíguo que seja (como nos casos da Aurora Dourada na Grécia, do AfD na Alemanha, da Frente Nacional na França ou do UKIP na Inglaterra) –, ao evocar Schmitt parece estar caminhando para o desastre. Afinal, o Nazismo triunfou justamente ao fazer um amálgama de pontos da esquerda e da direita durante sua ascensão ao poder, antes mesmo que os sonhos dos socialistas populistas fossem encerrados na “noite das longas facas”, tão logo os nazistas chegaram ao poder. Pode ser ingenuidade minha, mas uma aliança ampla e transnacional das forças progressistas parece ser a única possibilidade remotamente aceitável e realista da esquerda avançar nesse contexto.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Parece que esse foco no “internacional” exige que também repensemos o Estado. Ainda que alguns intelectuais tenham feito esse movimento a partir de pensadores não-marxistas, quais os ganhos que você vê em retomar as tendências marxistas – tais como o debate alemão sobre o Estado, que procurava compreender a forma do Estado capitalista com uma análise que combinasse as relações de competição capitalista com o mercado mundial, ou mesmo o debate entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas, que procurou conectar uma teoria do Estado com questões sobre estratégia revolucionária e organização? Como essas correntes específicas da teoria sobre o Estado podem ajudar a pensar o “internacional” hoje em dia? E, concomitantemente, como a sua renovada atenção ao “internacional” ajuda a entender o poder do Estado e o problema da estratégia política?*

Benno Teschke. Para mim, a noção de um “internacional” é uma invenção problemática e que segue comprando a mesma linguagem de necessidades trágicas e imperativos atemporais que é advogada por realistas e neorrealistas nas Relações Internacionais. Eu sugiro substituí-la por uma certa consciência acerca das diferenças entre a geografia política e as relações políticas quando analisadas historicamente. De outra forma, nós acabamos sempre pensando dentro de uma estrutura estática e *mega* abstrata e que não podemos sequer remover. Ela acaba paralisando o pensamento criativo e as estratégias progressistas para a ação e transformação emancipatórias. E é por isso que a história é importante. Por exemplo, não é verdade – ou ao menos é parcialmente verdadeiro – dizer que, independentemente das configurações políticas e das estratégias na política externa, os Estados revolucionários cresceram a partir das convenções do sistema de Estados ao seu redor, caracterizando-se por uma lógica brutal de *power politics* e de auto-ajuda (como afirmam tanto os neorrealistas quanto os sociólogos-historicistas neweberianos, como Theda Skocpol, por exemplo em suas análises sobre os casos francês, russo e iraniano). De acordo com o registro histórico, é possível afirmar que nos Estados revolucionários – como a Inglaterra do século XVII, a França e os EUA no século XVIII, a União Soviética do século XX e, talvez, a Alemanha contemporânea – as “regras do jogo” foram alteradas substancialmente, mudando o formato da política internacional. Isso acabou, por vezes, acarretando em adaptações em âmbito doméstico, fossem elas

constitucionais, militares, estratégicas, financeiras, sociais. E em todas elas, os Estados revolucionários acabaram sendo pioneiros, sem criarem réplicas idênticas de modelos anteriores.

Isso não é um argumento em favor do “caráter pacífico” das políticas externas de Estados liberais ou socialistas, ou um argumento generalista e teleológico sobre o “progresso” na história mundial, mas sim uma defesa sobre a pluralidade das políticas externas e das estratégias de conflito e cooperação que não podem ser automaticamente derivadas nem de uma lógica interestado sistêmica e nem de “modos de produção” exclusivamente domésticos. Por que os Estados Unidos buscam uma hegemonia multilateral depois da Segunda Guerra Mundial ao invés de recorrer ao isolacionismo do período entreguerras ou ao imperialismo do início do século XX? Podemos responder a essa pergunta sem cair nos imperativos interestados ou na lógica do capital? Por que a Grã-Bretanha do século XVIII adotou uma política de equilíbrio e não-intervenção diante das potências continentais ao mesmo tempo em que promovia uma expansão imperial para o além-mar? Por que não se adotou uma política imperialista na Europa e no resto do mundo com a mesma intensidade? Por que a Alemanha contemporânea busca uma hegemonia regional dentro de um quadro de atlanticismo multilateral ao invés de buscar um modelo mais que lhe desse mais autonomia em âmbito regional? O capitalismo e a ordem interestados podem gerar algumas pressões, mas as respostas que os países desenvolvem para lidar com elas não pode ser “derivada” desse contexto e esse é um argumento essencial do Marxismo Político. Então, como podemos, lógica ou conceitualmente, distinguir um país capitalista de sua política externa capitalista sem recorrer à história?

Nesse caso, é justamente esse tipo de argumento que me deixa cético em relação a “Escola de Derivação do Estado Alemão”, que se desenvolveu na década de 1970. Se eu lembro bem, a *Staatsableiter* tentou criar argumentos lógicos sobre como a “forma do Estado burguês” e o “direito burguês” e suas funções eram resultados inescapáveis do modo de produção capitalista (ou mesmo de um sistema comercial pré-existente). Sua “autonomia relativa” – o fato de que a classe dominante nem sempre governa – indicava que essa forma específica tinha de ser responsável (ao menos instrumentalmente) para a produção dos requisitos necessários para a acumulação de capital. Essa

autonomia vinha da ideia de que o Estado funcionava dentro dos interesses mais gerais do capital para coordenar as várias formas específicas do capital. Embora essa noção de “autonomia relativa” fosse uma forma de descartar a neutralidade do Estado, ela partia do princípio de que a reprodução geral do capitalismo já estava estruturalmente dada. Esse debate, por sua vez, não foi apenas altamente abstrato e teórico, mas na minha opinião, também foi profundamente a-histórico e pouco específico, pois boa parte dos argumentos caíam constantemente na ideia de “Estado capitalista” como abstração genérica. A obra de Heide Gerstenberger me forneceu insights melhores sobre as origens históricas e o crescimento do “Estado burguês” entendido a partir de conflitos políticos e sociais mais específicos, mostrando assim a diversidade de manifestações e trajetórias (ainda que a dimensão da política externa tenha sido deixada de lado em seus estudos). E esse negligenciamento da política externa acabou prevalecendo nos debates marxistas da década de 1970.

George Souvlis e Aurélie Andry. *O que você concebe como limites das tradicionais teorias marxistas sobre o imperialismo e como o seu trabalho pode nos ajudar a repensar a história do imperialismo, especialmente o imperialismo atual?*

Benno Teschke. Eu mencionei anteriormente que as tradicionais teorias marxistas sobre o imperialismo já eram problemáticas na época em que foram concebidas, principalmente porque elas generalizaram excessivamente os principais Estados capitalistas que compunham o sistema interestadual durante a *belle époque* e, com isso, acabaram criando explicações estrutural-funcionalistas da política no âmbito do Estado e nos desdobramentos internacionais. Eles assumiram uma identidade imediata entre Estado e capital monopolista. As “etapas” específicas do capitalismo (nesse caso, o capitalismo monopolista) foram vistas como elemento central para explicar o funcionamento das relações internacionais – especificamente, a rivalidade intercapitalista que acabou descambando na Primeira Guerra Mundial. As diferentes estratégias dos países sobre como organizar as relações internacionais e a diplomacia simplesmente não importavam nesse cenário! Ainda assim, as teorias marxistas sobre o imperialismo ainda são admiráveis, pois elas foram as primeiras a fazerem as pessoas refletirem de forma mais sistemática sobre as influências que atingiam a

política externa, rebatendo as concepções daqueles que viam apenas uma racionalidade reificada dos Estados. Essas teorias também bateram de frente contra a teoria da primazia da política externa, ou até mesmo contra os lapsos que caíam em analogias biológicas, que no final do século XIX passou a ver os países como elementos presos dentro de um esquema neodarwinista de soma zero no qual, para sobreviver num mundo territorialmente finito, deveriam se expandir às custas de nações “mais fracas” ao redor do mundo (uma apologia ao sistema de *Lebensraum*). Esse tipo de pensamento não estava apenas confinado na Alemanha, onde a geografia política de Friedrich Ratzel e a *Geopolitik* de Karl Haushofer se tornaram dominantes, mas também estava bastante vivo no Reino Unido, quando em 1904 o geógrafo Halford Mackinder (antigo diretor da London School of Economics) escreveu um artigo bastante influente na época chamado “The Geographical Pivot of History”, cujo cerne da teoria lamentava sobre a estratégia geopolítica britânica e o declínio do Império. Teorias similares também existiram nos Estados Unidos, com o “navalismo” do Almirante Thayer Mahan e sua estratégia de primazia do poder naval. Rudolf Kjellen, que criou o termo “geopolítica”, era um cientista político sueco. Itália e Japão, por sua vez, também tinham seus próprios modelos para uma ordem regional de caráter supranacional.

Para mim, como afirmei antes, não há como retomar uma análise neoleninista ou neokautskyana, mesmo que reformulada em termos de duas “lógicas do poder” – que concebe a existência de um poder estatal reificado e territorialista de um lado e um capitalismo reificado e desterritorializado e outro. Para entender a diversidade histórica das formas de “acumulação do capital no espaço” e como elas se conectam com outras preocupações acerca da segurança do Estado, isso significa abandonar esses pressupostos das antigas teorias marxistas. No discurso marxista nós vemos constantemente um retorno a esses argumentos que insistem nas profundas lógicas que emanam de “imperativos” e “requisitos” capitalistas, como se a política externa fosse somente uma derivação deles. Isso também acaba levando a uma generalização conceitual na qual as noções de imperialismo, sejam formais ou informais, acabam sendo usadas indiscriminadamente. Os fiascos americanos no Iraque e no Afeganistão são imperialistas da mesma forma que a Partilha da África, no

século XIX? Ou mesmo do que o fiasco no Vietnã no século XX? É óbvio que não.

É difícil formalizar alguma essência sobre como deveria ser uma análise geopolítica marxista, mas a primeira exigência é fugir da armadilha estrutural-funcionalista focando, assim, nos processos de formação de estratégias para a política externa, assim como nos resultados dessas estratégias. Isso pode ser visto no Oriente Médio contemporâneo, onde a democracia e o “Estado de Direito” não emergiram miraculosamente tão logo os ditadores foram removidos do poder – ao contrário do que acreditavam os neoconservadores. Pelo contrário, pois as intervenções acabaram levando ao fracasso da estrutura estatal, migrações massivas e forçadas, assim como na reorganização de grupos terroristas em âmbito transnacional – ainda mais fortes do que eram nos tempos da “Guerra contra o Terror”. Um bom exemplo sobre como conduzir tal análise pode ser visto na obra de Neil Smith, “American Empire”, que mostra detalhadamente como as estratégias e as políticas foram moldadas por planejadores (cuja figura central seria a de Isaiah Bowman), destacando assim um caráter mais processual e menos “coerente” do que muitas vezes pressupomos que sejam as “lógicas” por trás das políticas externas, como se os políticos se submetessem a um roteiro pré-pronto para suas ações. Isso ainda é uma leitura marxista? Eu diria que sim, e gostaria de referenciar, com isso, a crítica que Marx formulou nos “Grundrisse” sobre o tipo de pensamento abstrato e generalista (*aeternitatis*), propondo uma reconstrução científica focada em casos *sui generis*. Ao conduzir pesquisas empiricamente ricas e focadas em casos específicos, de certa forma imunes a generalizações e lógicas, creio conseguir reconectar minha leitura com o Marxismo Político – ou com o Marxismo Geopolítico. Assim, torna-se central recuperar a eficácia dos múltiplos agentes envolvidos na formação das políticas externas, dando atenção para a imprevisibilidade das respostas que surgem em outros países.

George Souvlis e Aurélie Andry. *Como nós podemos explicar o ressurgimento dos nacionalismos de direita não apenas na Europa e nos Estados Unidos, mas também em outras partes do mundo? Os problemas referentes ao comércio internacional e à competição interestados parecem cruciais nesse caso,*

com muitos partidos e movimentos se posicionando de acordo com agendas anti ou pró globalismos.

Benno Teschke. É óbvio dizer que o termo “globalização” sempre foi uma construção ideológica que suprimia as diferentes consequências sociais da liberalização e do neoliberalismo em realidades regionais e nacionais distintas. Como os próprios neoliberais admite agora, há poucos vencedores e muitos perdedores, dentro e entre os países capitalistas. Nós estamos diante de níveis de riqueza verdadeiramente obscenos, que geram uma série de problemas: a crescente desigualdade de renda e de qualidade de vida, que afetam principalmente os mais jovens; a questão da corrupção e da fraude, que hoje atingem uma escala monstruosa e que se espalha não apenas em países como Brasil, Turquia, Espanha e Grécia, mas que atinge também o centro do capitalismo; a destruição do Estado de bem-estar social, que vai garantindo o declínio dos salários e acentua o processo de precarização das condições de trabalho. E no meio de todo esse processo, as classes médias que eram a base sólida do consenso pós-Segunda Guerra, estão praticamente esmagadas em todos os países da OCDE. Além disso, há também um sentimento difuso de que os banqueiros e os políticos responsáveis pela crise financeira de 2008 praticamente saíram impunes e que eles seguem aplicando as fracassadas receitas globalistas enquanto enchem seus bolsos: crédito facilitado com uma política e uma liquidez monetária menos rígida enquanto, ao mesmo tempo, as economias da população vão sendo erodidas e saqueadas – e, no meio disso tudo, os paraísos fiscais se proliferam. Como resultado disso, a democracia representativa geralmente é vista como impotente pelos eleitores, cada vez mais insatisfeitos e alienados do processo político enquanto as sociedades vão se polarizando de forma cada vez mais profunda. Nesse contexto, a esquerda e a direita protestam contra as instituições e contra as elites, tornando-se suscetíveis a opções mais nacionalistas e populistas. Como mencionei antes, não parece uma boa estratégia da esquerda seguir os rumos do nacionalismo, já que corre o risco de ser engolida pelos movimentos neonacionalistas. A escolha, por sua vez, não pode ficar entre entrincheirar-se nos movimentos antiglobalização ou se abraçar com o neoliberalismo pró-globalização; a escolha que paira aqui é entre nacionalismos regressivos ou internacionalismos progressistas. E isso exige algo do tipo um “New Deal” regional e talvez até mesmo global. Nós já

tivemos algo parecido antes, por que não agora? Sim, a socialdemocracia, o Estado de bem-estar social e o “liberalismo enraizado” acabaram aprendendo isso da pior forma possível após duas guerras mundiais e diante da presença de uma alternativa radical, a União Soviética. O contexto mundial de hoje, é claro, é diferente, mas se as pressões que pairam sobre os líderes políticos diante dos protestos massivos atuais podem nos dizer algo, é que o tempo para agir é o agora! Qualquer um pode ver que é cada vez mais provável que entremos numa espiral descendente de proporções globais, semelhante à situação da República de Weimar e que isso selará o declínio definitivo do Ocidente.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- ASHTON, T. H.; PHILBIN, C. H. E (org.). *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BALAKRISHNAN, G. *The Enemy: An Intellectual Portrait of Carl Schmitt*. London: Verso, 2002.
- _____. The Geopolitics of Separation: Response to Teschke’s ‘Decisions and Indecisions’. *New Left Review*, v. 2, n. 68, 2011.
- BAUGH, D. A. Great Britain’s ‘Blue-Water’ Policy, 1689-1815. *The International History Review*, v. 10, n. 1, p. 33-58, 1988.
- BLACKBOURN, D.; ELEY, G. *The Peculiarities of German History: Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- BRENNER, R. The Social Basis of Economic Development. In: ROEMER, J. *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 23-53.
- CHIBBER, V. *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*. London: Verso, 2013.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: UNESP, 2014.
- KNAFO, S.; TESCHKE, B. The rules of reproduction of capitalism: a historicist critique. Verso Books Blog. Novembro, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2foDtMP>. Acesso em 30 out., 2016.

- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1.
- MOUFFE, C. *The Return of the Political*. London: Verso, 1993.
- POST, C. *The American Road to Capitalism: Studies in Class Structure, Economic Development and Political Conflict 1620-1877*. Leiden: Brill, 2011.
- ROSENBERG, J. The 'Philosophical Premises' of Uneven and Combined Development. *Review of International Studies*, v. 39, n. 3, p. 569-97, 2013.
- _____. Uneven and Combined Development: Theorizing the "International" in Theory and History. In: ANIEVAS, A.; MATIN, K.(org.). *Historical Sociology and World History: Uneven and Combined Developed in the Longue Durée*. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2016.
- SCHMITT, C. *O nomos da terra no direito das gentes do jus publicum europeum*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- TESCHKE, B. IR theory, historical materialism, and the false promise of international historical sociology. *Spectrum: Journal of Global Studies*, v. 6, n. 1, p. 1-66, 2014.
- _____. Decisions and Indecisions: Political and Intellectual Receptions of Carl Schmitt. *New Left Review*, v. 2, n. 67, 2011.
- _____. The Fetish of Geopolitics; Reply to Gopal Balakrishnan. *New Left Review*, v. 2, n. 69, 2011.
- _____. Fatal Attraction: A Critique of Carl Schmitt's International Political and Legal Theory. *International Theory*, 13, n. 2, 2011.
- WEHLER, H. *The German Empire, 1871-1918*. Dover, NH: Berg Publishers, 1985.
- WOOD, E. M. Marxism and the Course of History. *New Left Review*, v. 1, v. 47, 1984.
- _____. The Separation of the Economic and the Political in Capitalism. *New Left Review*, v. 1, n. 127, 1981.